

Sarney define limites do ajustamento

Presidente convoca Sayad e Dornelles para, na sexta-feira, traçar as meta

ARNOLFO CARVALHO
Da Editoria de Economia

O presidente José Sarney convocou os ministros do Planejamento, João Sayad, e da Fazenda, Francisco Dornelles, para uma reunião na sexta-feira, quando será finalmente tomada uma decisão política a respeito do programa de ajustamento da economia para o restante deste ano. Além dos cortes nos gastos das empresas estatais e da administração direta, o Presidente definirá também as demais linhas do seu plano econômico de curto prazo, de modo que o País possa apresentar ao Fundo Monetário Internacional um conjunto de metas que deverão constar depois da Carta de Intenções.

A informação é de assessores do presidente da República, que admitem a possibilidade de ocorrer um pronunciamento presidencial sobre o programa econômico, talvez dentro do anúncio da convocação da Constituinte, nesta sexta-feira. Ainda hoje estarão reunidos os escalões técnicos da Secretaria do Planejamento e do Ministério da Fazenda com o objetivo de compatibilizar suas diferentes propostas para a redução do déficit do setor público, que continua como pressuposto básico para a contenção da inflação deste ano entre 180% e 200%, resultando num crescimento da economia da ordem de 4,5%.

ACEITÁVEL
No despatcho que o minis-

tro Dornelles terá hoje, às 15 h, com o presidente Sarney serão adiantadas as análises a respeito do nível que o governo considera "politicamente aceitável" para os cortes no déficit público. Para um déficit de caixa projetado em Cr\$ 85 trilhões este ano, que chega a Cr\$ 109 trilhões com a inclusão das operações típicas das autoridades monetárias (Banco Central e Banco do Brasil), o Ministério da Fazenda ainda considera necessário um corte de aproximadamente Cr\$ 50 trilhões, de acordo com um alto assessor do ministro Dornelles consultado à noite.

Esta proposta, entretanto, pode não ser aceita por razões políticas pelo Planalto, de acordo com estes assessores. O ministro do Planejamento, por exem-

tro, está defendendo um corte de apenas Cr\$ 25 trilhões nos gastos públicos, sem incluir neste valor a projeção de aumento da arrecadação fiscal este ano. Este aumento, de acordo com a Fazenda, deveria ficar entre Cr\$ 8 e Cr\$ 15 trilhões, no máximo, sem necessidade da criação de novos impostos. A palavra final também neste caso está com o presidente José Sarney, cuja assessoria vem trabalhando no assunto nos últimos dias, sob coordenação do economista Luiz Paulo Rosenberg.

Um dos pontos principais da política de ajustamento a ser anunciada pelo Governo e a orientação para o mercado aberto. Contando com as últimas quedas nas taxas de juros, em função da expectativa de menor inflação este ano e também por causa da redução

da taxa de financiamento dos títulos públicos por parte do Banco Central, o governo deve sinalizar ao mercado com a necessidade de uma colocação de títulos da dívida pública no restante do ano da ordem de apenas Cr\$ 5 ou Cr\$ 6 trilhões, podendo chegar ao máximo de Cr\$ 8 trilhões, além dos Cr\$ 12 trilhões líquidos que já foram colocados desde janeiro.

Combinando esta menor pressão sobre os juros pelo lado do Banco Central, com uma expansão monetária que pode ficar acima dos 150% originalmente programados pelo Ministério da Fazenda, as autoridades econômicas estão acenando com a possibilidade mais concreta de efetiva retomada do crescimento da economia este ano, de forma a permitir alguma expansão na oferta de emprego. Assessores do Palácio indicaram que o Presidente conseguiu compatibilizar as teses até então divergentes da Seplan e da Fazenda, com a aceitação de vários pontos de natureza política pelo ministro Dornelles.

CURTO PRAZO

O plano econômico de curto prazo corresponde à contraproposta brasileira para o "programa de ajustamento" em negociação com o FMI. O governo acredita que a missão daquele organismo, ao retornar no próximo dia oito, pode aceitar o "plano Sarney" e viabilizar o fechamento técnico das negociações ao longo do próximo mês.

CECE

ECONOMIA

esta semana

s que apresentará ao FMI